

MATO GROSSO DO SUL

Executivo banca sozinho todo o rombo da Previdência

Outros poderes, como Legislativo e Judiciário, e autarquias com independência financeira não têm ajudado a completar folha de pagamento dos inativos

EDUARDO MIRANDA

O Poder Executivo está bancando sozinho o rombo mensal na folha de pagamento dos servidores inativos de Mato Grosso do Sul, que é de aproximadamente R\$ 118 milhões. A lei estadual que regula o regime próprio de Previdência estipula que outros poderes, como Judiciário e Legislativo, e autarquias com autonomia financeira, como Defensoria Pública, Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas, ajudem a arcar com o rombo das aposentadorias.

A denúncia é do Conselho Estadual de Previdência de Mato Grosso do Sul e consta em atas das últimas reuniões. “Quanto ao aporte do duodécimo, o Poder Executivo vem honrando a parte dos outros poderes”, informa o documento.



PAULO RIBAS/ARQUIVO

APOSENTADOS. Recursos arrecadados pela Ageprev são insuficientes

O fiscal Francisco Carlos de Assis, presidente do conselho, confirma o inadimplemento de alguns poderes. A maior resistência para dividir o prejuízo da Previdência teria como origem o Poder Judiciário e outras autarquias. “A Assembleia Legislativa fez o compromisso de regulari-

118 mi

DE COMPLEMENTO
Todos os meses, o Tesouro estadual tem de destinar R\$ 118 milhões para cobrir folha dos aposentados

zar a situação, e o Tribunal de Contas está em dia e é superavitário”, ressalva.

O presidente da Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul, Jorge Martins, confirmou as dívidas dos outros poderes e disse que o problema foi resolvido recentemente. “Eles não estavam contribuindo, mas já colocaram tudo em ordem”, afirmou ontem.

Pagar os inativos tem sido um grande desafio para a administração estadual. Os recursos arrecadados por meio do desconto no salário dos servidores (11% sobre os rendimentos) e dos 22% de contribuição patronal são de aproximadamente R\$ 90 milhões por mês. A folha dos aposentados custa cerca de R\$ 200 milhões, estima o presidente do Conselho Estadual de Previdência. **(Colaborou Lucia Morel)**

SANTA CASA



VALDENIR REZENDE

REPASSES. Santa Casa foi à Justiça contra prefeitura e União

FGV auditará cobrança de R\$ 155 milhões

NATALIA YAHN

A Justiça Federal, em Mato Grosso do Sul, pediu auditoria nas contas e no balanço financeiro da Santa Casa de Campo Grande, documentos apresentados na ação que tramita na 4ª Vara Federal. O pedido do juiz federal Pedro Pereira dos Santos determinou que a devassa fosse feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A Associação Beneficente de Campo Grande (ABCG), que administra o hospital, cobra judicialmente o pagamento de R\$ 155 milhões, que, segundo levantamento da instituição, deixaram de ser pagos nos últimos cinco anos pelo poder público. Ação de ressarcimento e pedido de liminar foram impetrados na Justiça Federal contra a prefeitura, o governo do Estado e a União, em outubro do ano passado. O hospital alega que déficit mensal decorre da bonificação abaixo do que a entidade gasta com os pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Santa Casa informou que os dados apresentados à Justi-

ça já tinham sido auditados por empresa externa, conforme exigência estabelecida à entidade, por ser associação (Associação Beneficente de Campo Grande - ABCG). Ainda de acordo com o hospital, a auditoria determinada pelo juiz ainda não teve início.

Entre as perdas, de acordo com o hospital, está o fato de que, a cada R\$ 100 investidos em pacientes da rede pública, apenas R\$ 64 são efetivamente repassados pelo poder público. Atualmente, o déficit mensal do hospital é de R\$ 2,6 milhões. Na mesma ação que pede ressarcimento dos prejuízos acumulados, também é feito pedido para aumento no valor dos repasses dos três entes públicos. Mensalmente, os governos federal, estadual e municipal repassam à Santa Casa R\$ 20,3 milhões, mas o ideal seria que os recursos alcançassem R\$ 25 milhões. Na semana passada, o hospital aceitou congelar o valor, porém, com a condição de reduzir em 30% a quantidade de pacientes atendidos no Pronto Socorro (PS).

210 VAGAS

Autorizado concurso para a Polícia Civil

GLAUCEA VACCARI

Concurso público da Polícia Civil, com 210 novas vagas para delegado, agente e escrivão, foi autorizado pelo governador Reinaldo Azambuja (PSDB). O edital deve ser publicado nos próximos dias,

em data a ser definida pela Secretaria de Administração e Desburocratização (SAD).

Conforme a assessoria de imprensa do Governo do Estado, Azambuja autorizou a abertura de 210 vagas, sendo 100 para o cargo de investigador, 80 para escrivão e 30 va-

gas para delegado de polícia.

Para as carreiras de escrivão e investigador, é necessário certificado de conclusão ou diploma de nível superior em qualquer área de formação, registrado pelo Ministério da Educação. Para investigador, é exigido também

carteira nacional de habilitação (CNH), categoria B, C ou D.

A remuneração é de R\$ 3.668,17.

Para delegados, é exigido bacharelado em Direito e a remuneração inicial é de R\$ 14.229,49.

REQUALIFICAÇÃO

Prefeitura adia licitação de obra da Ernesto Geisel

LUCIA MOREL

O andamento do processo licitatório para as obras de revitalização das margens do Rio Anhanduí e de parte da Avenida Ernesto Geisel sofreu atraso de, pelo menos, 24 dias e, agora, as propostas de preço que deveriam ser apresentadas em 17 de abril serão postas na mesa apenas em 10 de maio. A razão é o pedido de impug-

nação do edital por empresas. Diante disso, a prefeitura fez as mudanças solicitadas e modificou o prazo de entrega.

O prefeito de Campo Grande, Marcos Trad (PSD), informou que duas empresas que pretendem participar da concorrência entraram com pedido, na Central de Compras (Cecom), de impugnação do edital de abertura da licitação. “Isso vai pra apreciação, não é da

noite pro dia que resolve, tem prazo e agora é aguardar”, afirmou. Três publicações ontem, no Diário Oficial de Campo Grande (Diogrande), mostraram mudanças feitas no edital de abertura. Segundo o secretário de Obras, Rudi Fiorese, elas são fruto dos pedidos das empresas, mas também de análise da própria Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sisep). “Antes mes-

mo da impugnação, já estávamos avaliando”, comentou.

Fiorese explica que a alteração de alguns itens referentes à qualificação técnica das futuras concorrentes vai permitir que maior número de empresas participem da licitação. “Duas empresas pediram isso, mas nós já estávamos verificando essas mudanças antes disso”. O atraso, nesse caso, é inevitável, já que a data de apresentação das propostas foi alterada para 10 de maio.

Ainda assim, o secretário acredita que, se nenhuma nova intercorrência atrapalhar o processo, até o fim de junho, as obras no rio e na avenida devem começar. “Aí entra numa



VALDENIR REZENDE

EROSÃO. Problema no Rio Anhanduí existe desde década passada

fase que a gente não tem muito como interferir. As empresas podem questionar as propostas umas das outras e isso leva tempo. Se não houver questionamentos, no fim de junho, dá para começar as obras”.

Além disso, o secretário co-

mentou também que a prefeitura, por meio da nova redação do edital, vai exigir que as empresas que ganharem a licitação trabalhem em cima do preço ofertado em edital, sem alterações ou aditivos em seus valores.

POR AÍ

VACINAÇÃO

Na Capital, meta é imunizar 197,7 mil contra a gripe

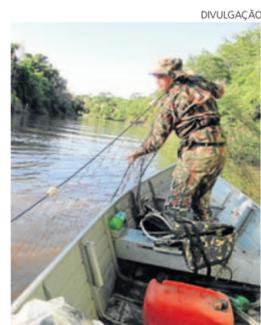
Começa na terça-feira, dia 18, campanha de vacinação contra a gripe em Campo Grande. A meta é imunizar 197.737 pessoas do grupo de risco, conforme divulgado pela prefeitura. A recomendação do Ministério da Saúde é imunizar pessoas com 60 anos ou mais de idade, crianças na faixa etária dos

seis meses até cinco anos, gestantes, puérperas – mulheres até 45 dias após o parto –, trabalhadores de saúde, povos indígenas, grupos com doenças crônicas não transmissíveis e outras condições clínicas especiais, jovens entre 12 e 21 anos de idade que estão sob medidas socioeducativas e presidiários.

MEIO AMBIENTE

Operação Semana Santa da PMA vai até o dia 17

Começou ontem e vai até a segunda-feira, dia 17, a operação da Polícia Militar Ambiental (PMA) de combate à pesca predatória durante o feriado de Páscoa. A Operação Semana Santa contará com 310 policiais, que atuarão nas 25 subunidades da instituição espalhadas pelo interior do Estado.



DIVULGAÇÃO

NO ESTADO. Polícia Ambiental combaterá pesca predatória

CAMPO GRANDE

Prefeito anuncia ampliação do videomonitoramento

Apesar das limitações financeiras, o prefeito de Campo Grande, Marcos Trad (PSD), promete novas 100 câmeras de videomonitoramento nas regiões mais violentas da Capital. Durante prestação de contas dos seus primeiros 100 dias à frente da prefeitura, o prefeito anunciou o projeto. “É o cumprimento do meu

programa de governo”, ressaltou. Marcos Trad explicou que todos os orçamentos necessários para a implantação das câmeras já foram feitos, mas não soube dizer quanto deve ser investido. “Quanto vai custar a gente vai saber quando sair a licitação”, informou.